Artigo original

Dificuldades na comunicação com portadores de deficiência auditiva

Ana Karolina Rodrigues Albuquerque [1], Jennifer Lis Gomes Sobrinho[2].

[1] Enfermeira especialista em saúde da família. Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central. E-mail: ana.albuquerque@faciplac.edu.br

[2] Acadêmico de enfermagem. Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central. E-mail: jhennylis8@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estudar a dificuldade de comunicação dos profissionais da saúde com portadores de deficiência auditiva através de levantamento bibliográfico. Sabe-se que 4,4% da população brasileira possui algum tipo de deficiência auditiva, e quando deparadas com a necessidade de serem atendidas por profissionais da saúde se chocam com uma realidade que é a dificuldade de comunicação com profissionais não capacitados ou com o conhecimento baixo da língua de libras, podendo ser caracterizado pela falta de exigência de qualificação de profissionais habilitados com a língua de libras podendo ser levados assim a diagnósticos e tratamentos falhos pelo não entendimento. Novos métodos de comunicação estão sendo introduzidos na sociedade e a era moderna e a utilização da tecnologia vem a favor da comunicação assim aplicativos que interagem entre os surdos e os não surdos estão auxiliando nessa interação. Trata-se de um estudo de revisão da literatura com abordagem qualitativa. Realizadas por meio de busca nas plataformas BVS, SCIELO, BDENF e ainda no site de busca Google. Esclarece-se novos métodos e estratégias para a comunicação com o deficiente auditivo, tendo como intenção a melhorias para essa interação e com a tecnologia, diminuindo assim a discriminação e a banalização.

Descritores: Deficiência auditiva; Libras enfermagem; Recursos libras.

INTRODUÇÃO

A configuração deste trabalho justifica-se na dificuldade de comunicação do deficiente, devido à importância da discussão que as pessoas surdas encontram em sua trajetória diária, mesmo com as garantias oferecidas pelas políticas educacionais, públicas e de acessibilidade que privilegiam o atendimento individualizado e a difusão da linguagem brasileira de sinais na comunidade surda [(1)].

No Brasil, aproximadamente 14,5% da população referiu algum tipo de deficiência. Os dados analisados pertencem ao censo realizado em 2000. Entre estas, mais de cinco milhões relataram deficiência auditiva, incluindo incapacidade auditiva e dificuldade de ouvir. Em áreas do estado de São Paulo, identificou-se que 11,1% das pessoas possuem algum tipo de deficiência e 4,4% estão relacionadas à deficiência auditiva. Nota-se que não há um padrão para este tipo de deficiência, e que a mesma ocorre de diferentes aspectos e maneiras sem um padrão linear de acontecimentos [(2)].

Falando brevemente do histórico da comunicação não-verbal, houve a publicação da carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam. Este material era destinado a professores e profissionais da saúde e abordava métodos que poderiam ser utilizados, incluindo o uso da análise de gestos e da complexidade da língua de sinal. Anos mais tarde, surge a primeira escola para jovens surdos na França, sendo que está escola tinha foco na produção gestual e no atendimento psicológico e social da pessoa surda [(3)].

A educação para surdos surgiu na idade média na França, com a escola Mosteiró de Leon que era dirigida aos filhos surdos de pessoas nobres, também na França houve a disseminação do primeiro material sobre o assunto [(4)].

No século dezenove, chegou ao Brasil o alfabeto manual de origem francesa e os conhecimentos técnicos cinéticos. Em 1957 nasce no Rio de janeiro o instituto nacional de educação para surdos, a partir disto nas décadas que se sucedem há a modificação e a elaboração da linguagem de sinais brasileira como é aplicada nos dias de hoje, até que em 2002 é promulgada a lei que fez a língua de sinais um meio de comunicação e uma língua oficial [(5)].

Os direitos das pessoas com deficiência começaram a ser regulamentadas a partir da constituição federal de 1988 onde relatam direitos iguais a todos os brasileiros independentes de suas condições [(6)].

No Brasil também, teve a publicação da Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, conceitua a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como a forma de comunicação e expressão, com um sistema linguístico de natureza visual-motora, que possui uma estrutura gramatical própria, constituindo-se em um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, para as pessoas surdas do Brasil [(7)].

Posteriormente foi publicado o decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005, o qual regulamenta a lei 10.436/ 2002, que descriminou como deficiente auditivo, aquele que tem perda bilateral, parcial ou total, da audição em níveis correspondentes a quarenta e um decibéis (dB) ou mais, quando constatada por técnica com audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz [(8)].

Desta forma considera-se como indivíduo deficiente auditivo, aquele que tem a impossibilidade ou a dificuldade de ouvir. O surdo apresenta uma perda normal dos sons, que pode ser desde um leve comprometimento na audição com uma perda de 25 a 40 decibéis (db) até uma surdez profunda, com perda de mais de 91 decibéis (db), ou seja, a pessoa pode ouvir com dificuldade ou ainda ter anacusia e não ouvir som algum [(9)].

Na área da saúde a comunicação é de extrema importância, pois é com ela que pode haver uma interação entre paciente e profissional. Há várias formas de se comunicar e muitas delas não são adequadas, devido a muitos problemas perante o entendimento da relação durante uma consulta [(10)].

A partir destas constatações, este estudo tem como objetivo relatar sobre as dificuldades do processo de comunicação do surdo na sociedade e as estratégias que podem ser utilizadas para facilitar este processo.

Pode-se considerar como relevante a realização deste estudo, pois a produção científica sobre o tema, possibilita a discussão do assunto, podendo levar à criação de medidas mais eficazes e que facilitem a comunicação do deficiente auditivo no meio em que vive.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão da literatura com abordagem qualitativa. As pesquisas ocorreram em plataformas de pesquisas como o Google e das seguintes plataformas de busca eletrônica avançada: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF).

Utilizando como critério de inclusão as publicações relacionadas ao tema, disponíveis gratuitamente no idioma Português, que compreendessem o período de 1990 a 2017, que fossem artigos científicos, portarias, decretos, revistas e livros, dissertações, teses, textos de páginas da internet e ainda publicações de anais de congressos. Foram excluídas as publicações que não atendessem os critérios de inclusão citados.

O descritor contido no DeCS “Deficiência auditiva”, foi utilizado como estratégia de busca isoladamente ou ainda combinado pelo booleano AND, formando a seguinte estratégia de busca: “Dificuldades AND deficiência auditiva AND saúde”. Estas estratégias foram utilizadas para pesquisa nas bases citadas e ainda no site buscas Google, onde obtivemos os seguintes resultados: “Deficiência auditiva” 121 publicações; “Dificuldades AND deficiência auditiva AND saúde” 57 publicações.

Após a leitura de seus títulos, foram selecionadas 21 publicações. Onde estas passaram por minuciosa leitura possibilitando a seleção final de 15 publicações que compuseram os resultados deste estudo, utilizando como critério também a sua relevância em relação ao tema.

Tendo estas leituras sido guiadas pela seguinte questão norteadora: Quais dificuldades de comunicação e estratégias de facilitação deste processo o surdo pode encontrar na sociedade?

Resultados

As publicações, utilizadas para elaboração dos resultados deste estudo, foram sintetizadas no quadro 1, e organizadas de acordo com os títulos das publicações, autores, anos das publicações, e as informações pertinentes selecionadas das publicações, que permitiram uma adequada associação com o tema deste estudo.

Quadro 1. Publicações selecionadas que correspondem ao tema do estudo

Artigos Selecionados			
Títulos dos Artigos	**Autores**	**Ano**	
A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas	Bueno JGS[5]	1993	• Educação inadequada para surdos
Reflexão sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil	Dessen MA, Brito AMW[10]	1997	• Conquista de espaço por meio da educação • Recursos digitais e o uso de códigos para uma comunicação para a área da saúde. • A importância da comunicação na área da saúde.
Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos	Skliar C, Quadros RE[4]	2000	• Sociedade em busca da adaptação.
Cadernos TV Escola. Deficiência Auditiva.	Redondo MCF, Carvalho JM[21]	2001	• Estratégia social, escolas e ensino das crianças.
O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos	Ministério da Educação[16]	2004	• Acompanhantes e interpretes.
A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito	Dizeu LCT, Caporali AS[14]	2005	• Lei 10436 o uso das libras. • Tecnologia e aplicativos. • Aplicativo de celular. • Benefícios do uso do aplicativo no acompanhamento de saúde materno infantil.

A comunicação como direito humano: um conceito em construção.	Gomes, RAL[6]	2007	• Comunicação efetiva com relação a saúde.
A importância do ensino da relação médico-paciente e das habilidades de comunicação na formação do profissional de saúde	Sucupira AC[15]	2007	• Técnica da escrita.
Surdos: vestígios culturais não registrados na história	Strobel KL[13]	2008	• Pessoas inclusive os profissionais da saúde ignoram os surdos.
Dificuldades de comunicação e estratégias utilizadas pelos enfermeiros e sua equipe na assistência ao deficiente auditivo	Britto FR, Samperiz MMF[12]	2010	• Linguagem oral e profissional da saúde. • Leitura labial
A voz das mãos: o uso do aplicativo hand talk na consulta pré-natal com uma gestante surda	Saraiva FJC, Moura RS, Santos RFM[20]	2015	• Hand talk
Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos	Oliveira YCA, Celino SDM, Costa GMC[11]	2015	• Comunicação e barreira ao surdo. • Dificuldade em acesso hospitalar e policiamento. • Libras para profissionais de saúde. • Direitos e deveres do profissional de saúde.
App para surdos ajuda medico a salvar menina de 13 anos	Branco P[19]	2016	• Experiência positivas com o uso de aplicativos de celulares.
Aplicativo facilita comunicação entre surdos e pessoas que não conhecem as libras.	Redação notícias do dia[18]	2017	• Aplicativo mais utilizados e sua função.

Conhecimento de libras pelos médicos do Distrito Federal e atendimento ao paciente surdo	Gomes LF; Machado FC; Lopes MM; Oliveira RS; Holanda BM; Silva LB; Barletta JB; Kandratavicius L[17]	2017	• Problemas com o uso de interpretes durante as consultas.

DISCUSSÃO

Buscando-se uma melhor compreensão para o leitor, a discussão deste estudo foi dividida em 3 categorias, divididas pelos seguintes títulos que serão apresentados abaixo: “Deficientes auditivos e os profissionais de saúde”, “Dificuldades para comunicação com os deficientes auditivos” e “Estratégias de ação para enfrentamento do problema”.

DEFICIENTES AUDITIVOS E OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A comunicação entre pessoas pode ser tida como a base da sociedade. Sendo ela o referencial na luta pela sobrevivência, para expandir os conhecimentos ou mesmo para dominar o desconhecido. A comunicação é imprescindível em qualquer tipo de relação. Essa comunicação pode ser feita de várias maneiras podendo ser de forma verbal ou não, no entanto só é considerada satisfatória quando a mensagem enviada pelo emissor é recebida da mesma forma pelo receptor. Na área da saúde a comunicação é imprescindível para poder realizar um atendimento de qualidade [(6)].

A sociedade atual encontra um grande problema quando falamos de comunicação, pois linguagem oral é a mais utilizada, assim quando deparados com situações adversas cria-se uma barreira na comunicação, essa situação é muito comum quando falamos de pessoas surdas [(11)].

Outros autores concordam que o maior meio de comunicação entre as pessoas é a fala, nela encontra-se o melhor entendimento entre quem fala e quem recebe essa informação. Esse método de entendimento entre o que se quer falar e o que tem que ser entendido é primordial para os profissionais da saúde, pois é através desse entendimento que se realizam diagnósticos de diversas doenças. Porém existe uma grande gama de pacientes que possuem restrições ou não possuem a fala, a partir desse ponto começam os desafios para a promoção da assistência [(12)].

As dificuldades em que os surdos passam ao longo de suas vidas deve-se a forma como os mesmos são vistos na sociedade. A grande maioria das pessoas incluindo os profissionais da saúde ignoram as necessidades dessas pessoas, fazendo com que os surdos tenham que se adaptar a sociedade para serem aceitos e compreendidos [(13)].

As pessoas surdas passam por constantes dificuldades de entendimento, pois a falta da comunicação verbal o torna desintegrado da sociedade dita como normal, pois possuem dificuldades em conseguir comunicação nas áreas de necessidades básicas como policiamento e hospitais [11].

Assim para que os surdos possam conseguir algum espaço na sociedade, deve ser realizado uma trajetória de longos anos de dedicação na educação, como se fossem crianças que estão no início de seu aprendizado, com as mesmas dificuldades em desenvolver habilidades como, ler escrever e até falar [10].

O desenvolvimento da educação de deficientes auditivos no Brasil desenvolve-se de forma lenta, desde o surgimento do Instituto Imperial dos surdos-mudos, em 1857. Apesar de muita evolução no âmbito educacional muitos deficientes continuam não tendo uma educação adequada, para que assim possam com mais facilidade entrar em contato com a sociedade [5].

Com a oficialização da língua Brasileira de Sinais (Libras) através da Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002 novos caminhos, foram abertos para a comunicação entre as pessoas deficientes auditivas e as que não possuem essa deficiência. Essa linguagem para as pessoas surdas pode ser adquirida por elas de forma natural desde o surgimento de sua incapacidade [14].

Algumas técnicas podem ser adotadas para estimulação dos deficientes auditivos, dentre elas o oralismo, que consiste em desenvolver habilidades de imitação adquiridas com estímulos visuais, tácteis, auditivos e cinéticos. Já o bilinguismo é o desenvolvimento por meio de duas formas de comunicação, sendo estas o uso dos sinais e da linguagem oral, que pode incluir ainda a comunicação digital e o uso dos códigos. Esses métodos apontados unem a linguagem oral com a língua de sinais ou libras, assim o deficiente adquire formas de comunicação com a sociedade, conseguindo assim o mais importante, a comunicação com profissionais de serviços básicos como as da área da saúde [10].

DIFICULDADES PARA COMUNICAÇÃO COM OS DEFICIENTES AUDITIVOS

Na área da saúde a comunicação é fundamental para a assistência aos usuários, pois através dela que se é possível saber o que se passa e realizar assim o diagnóstico necessário. Dessa forma para que se consiga uma boa interação com os pacientes deficientes algumas ferramentas podem ser usadas na assistência à saúde, para que assim possa se entender as necessidades e prestar assistência de forma adequada, diminuindo o desconforto do profissional e do próprio paciente. A forma de comunicação mais usada entre os profissionais da saúde é a mimica, seguida pela leitura labial, o auxílio de acompanhantes a escrita e em último as libras, que é tida como o meio de comunicação mais eficiente para um diagnóstico correto e um entendimento perfeito em ambas partes, no entanto apenas 1% dos profissionais utilizam ou sabem essa técnica [10].

Algumas unidades de ensino superior oferecem o curso de libras para profissionais da saúde como componente opcional na grade curricular. Porém esses cursos geralmente são superficiais não atingindo às vezes nem às 180 horas necessárias para um aprendizado de forma eficaz da linguagem, sendo ministrados muitas das vezes por meios eletrônicos e sem um referencial teórico correto e eficiente [11].

O método de leitura labial, apesar de ser muito utilizado, pode gerar grandes problemas, pois muitas das palavras não são entendidas alguns sotaques ou o uso do bigode podem dificultar a compreensão ou até mesmo levar a um não entendimento podendo resultar em erros de diagnóstico [12].

A técnica de escrita, apesar de algumas vezes utilizada, também não é muito recomendada, pois a grande maioria das pessoas com esse tipo de deficiência não possuem muita instrução na linguagem escrita e muitas das vezes os profissionais utilizam palavras técnicas difíceis ao entendimento além de poder ocorrer à falta de entendimento da escrita da letra [15].

A utilização de acompanhantes ou interpretes durante o atendimento de saúde é regulamentado pela Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, podendo ser usado para esse fim pessoas habilitadas, terceiros que saibam as línguas de sinais, ou familiares. No entanto existem alguns problemas com esse tipo de comunicação, como a vergonha de expressar o que realmente se sente ou alteração de real significado do que se é falado [16].

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA

A ideia e adesão de intérpretes durante as consultas pode ser de extrema valia em algumas situações, como na área da saúde. Diminuindo os riscos de diagnósticos equivocados e um entendimento melhor sobre o tratamento que o paciente irá realizar, inclusive conhecendo termos técnicos utilizados na área da saúde. No ressalta-se a possibilidade de constrangimento por parte do paciente em alguns relatos, principalmente em atendimentos psiquiátricos e ginecológicos, e ainda o receio que o profissional não atenda os termos de confidencialidade e sigilo ao que está sendo conversado e algumas vezes a falha em não traduzir de forma literal os diálogos [17].

Para facilitar a comunicação entre as pessoas com deficiência auditiva e as que não possuem essa deficiência um novo método que está vindo à tona com as novas tecnologias é a difusão do uso de aplicativos para celulares. Vários deles estão sendo implantados e podem baixados nos mais variados modelos de celulares [14].

A tecnologia veio como um meio de auxiliar a comunicação e inclusão das pessoas deficientes auditivas e as que não possuem deficiência, através de softwares e aplicativos que exploram a linguagem visual como meio de comunicação e entendimento entre as partes [14].

Dentre esses aplicativos os mais utilizados são o Hand Talke e o Giulia, este último desenvolvido pela universidade federal da Amazônia. A principal função destes aplicativos é

transmitir em forma de som os movimentos que estão sendo realizados pelas pessoas deficientes e transformar o som emitido em sinais executados por avatares dos aplicativos fazendo assim o elo de ligação entre as partes e facilitando o processo de comunicação [18].

Os aplicativos que estão sendo lançados para auxiliar os surdos na comunicação com não surdos trazem diversos benefícios, facilitando em principal a comunicação e o entendimento entre ambas as partes. Diagnósticos estão sendo realizados de forma mais fáceis e sem o estresse do paciente, como o ocorrido em um atendimento de um médico com uma menina de 13 anos, a qual possuía a deficiência e apresentava grande irritabilidade devido a dor que sentia impossibilitando de se expressar, através do aplicativo a paciente conseguiu demonstrar o seu problema [19].

Outro exemplo do benefício desses aplicativos o acompanhamento de profissionais da saúde em mulheres gestantes que possuem deficiência auditiva, muitas gestantes nessas condições deixam de fazer acompanhamentos médicos impedindo o acompanhamento destas e de seus filhos. Estes aplicativos têm facilitado estas adesões e também o entendimento da mãe quanto ao crescimento do seu filho [14].

Outros autores também destacam experiências positivas à utilização do aplicativo Hand Talk, durante consultas, incluindo a realização de atendimento pré-natal de gestantes surda [20].

Algumas estratégias sociais também devem ser tomadas para a inclusão deste cidadão na sociedade, entende-se que o primeiro passo deste processo seja dentro das escolas. Então é por meio da vivência cotidiana e da repetição de atitudes e palavras que as crianças aprendem e compreendem a língua, independentemente de serem surdas ou não. No entanto, as crianças que apresentam comprometimentos auditivos necessitam de uma estimulação e também o acesso à Libras e elas possuem todas as habilidades e competências necessárias para a aquisição desta linguagem [21].

Desta forma à educação surda tem experimentado alguns progressos e também tem tomado novas decisões. As comunidades surdas, pouco a pouco, estão sendo aceitas a partir de uma perspectiva multicultural, crítica e transformadora, fortalecendo a participação das pessoas na comunidade onde interagem, preparando-os para conviver com linguagem acessível à esta população, com várias culturas e socializar-se com vários grupos, sendo assim as pessoas precisam acompanhar esse movimento de transformação [4].

A comunicação independente de como é realizada deve ser compreendida, pois a linguagem é considerada um instrumento de poder. Os profissionais de saúde têm o direito e o dever de reconhecer as diversas formas de falas para reduzir assim as barreiras de comunicação existentes entre médicos e pacientes [11].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a necessidade de produção de literatura científica, que possa embasar novos métodos e estratégias para a comunicação com o deficiente auditivo. Para que assim estas possam ser integradas cada vez mais na sociedade diminuindo assim a discriminação e a banalização do tema. Buscando tratá-los dignamente em nossa sociedade.

A maior dificuldade entre as pessoas com a deficiência auditiva e as sem a deficiência está na comunicação, a não exigência da qualificação de profissionais que entendam a linguagem utilizada por pessoas surdas dificultam a interação e o correto entendimento, causando assim grandes problemas principalmente quando se trata de profissionais da saúde. No qual o não entendimento correto pode levar a diagnósticos errôneos ou tratamentos mal realizados.

Pensando em melhorias para essa interação e com a tecnologia global, sugere-se que além das formações e capacitações para profissionais e comunidade, novas formas de comunicação devem ser utilizadas. Como uma maior difusão dos recursos tecnológicos e aplicativos de celulares, que têm se mostrado eficiente, facilitando o entendimento e a comunicação da comunidade de forma geral e dos profissionais de saúde com o paciente surdo.

REFERÊNCIAS

1. Souza MFNS, Araújo AMB, Sandes LF, Freitas DA, Soares WD, Vianna RSM, Sousa AAD. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa da literatura. Rev CEFAC. 2017;19(3):395-405.
2. Castro SS, Paiva KM, Cesar CLG. Dificuldades na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e profissionais de saúde: uma questão de saúde pública. Rev soc bras fonoaudiol. 2012; 17(2):128-134.
3. Gomes W. Introdução à língua brasileira de sinais– Ilhéus, BA: UAB/UESC, 2013.
4. Skliar C, Quadros RE. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. Estil da Clín. 2000; 5(9):32-51.
5. Bueno JGS. A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas. Ver Brasília, DF: MEC/SEESP. 1993;13(60).2176-6673.
6. Gomes, RAL. A Comunicação como direito humano: um conceito em construção. [dissertação]. Universidade Federal de Pernambuco, Recife; 2007. 206(87).
7. Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002(BR). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 24 abr 2002.
8. Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005(BR). Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 22 dez 2005.
9. Ministerio da Saúde. Surdez. Brasília. (Brasil): Ministerio da Saúde,2017.

10. Dessen MA, Brito AMW. Reflexão sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil. Paidéia Rib Pre. 1997;13(12):111-134.
11. Oliveira YCA, Celino SDM, Costa GMC. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. Phy Rev Saúde coletiva. 2015;25(1): 307-20.
12. Britto FR, Samperiz MMF. Dificuldades de comunicação e estratégias utilizadas pelos enfermeiros e sua equipe na assistência ao deficiente auditivo. Einstein. 2010; 8(1):80-85.
13. Strobel KL. Surdos: Vestígios culturais não registrados na história [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2008. 176 p.
14. Dizeu LCT, Caporali AS. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. Edu. Soc. Campinas, v. 26, n 91, 2005: 583-97.
15. Sucupira AC. A importância do ensino da relação médico-paciente e das habilidades de comunicação na formação do profissional de saúde. Interface. 2007; 11(23):624-627.
16. Ministério da Educação. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasilia (Brasil): Ministério da Educação e Cultura, 2004.p16.
17. Gomes LF; Machado FC; Lopes MM; Oliveira RS; Holanda BM; Silva LB; Barletta JB; Kandratavicius L. Conhecimento de libras pelos médicos do Distrito Federal e atendimento ao paciente surdo, Rev bras educ med. 2017;41(3):551-556.
18. RND [Internet] Florianópolis. Aplicativo facilita comunicação entre surdos e pessoas que não conhecem as libras. (SC) [acesso em: 04 nov. 2018] Redação notícias do dia-RND Disponível em:https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/aplicativo-facilita-comunicacao-entre-surdos-e-pessoas-que-nao-conhecem-a-libras.
19. Branco P. App para surdos ajuda medico a salvar menina de 13 anos. Publicado em: jan. 2016. [acesso em: 04 nov. 2018]. Disponível em:https://catracalivre.com.br/cidadania/app-para-surdos-ajuda-medico-a-salvar-menina-de-13-anos/.
20. Saraiva FJC, Moura RS, Santos RFM. A voz das mãos: o uso do aplicativo hand talk na consulta pré-natal com uma gestante surda. Public knowledge project VI Encontro alagoano de educ inclusiva. Universidade Federal de Alagoas, 2015, Alagoas, AL. 1(1): 2447-9977
21. Redondo MCF, Carvalho JM. Cadernos TV Escola. Deficiência Auditiva. Brasília: MEC. Secretaria de Educação à Distância, 2001.